

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às nove horas, no SEPN Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar - 4ª andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil, ocorreu a 31ª Reunião Extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1. Ordem do dia: 1.1) Apresentação e deliberação sobre o Relatório de Autoavaliação do PROGESTÃO/ADASA pela CTPA; e 2) Informes: Grupo de Trabalho para elaborar estudo preliminar das Normas Gerais de Outorgas.** Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor FELIPE AUGUSTO FERNANDES FERREIRA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): ANDREA VULCANIS (SEMA); EDNA AIRES (SEGETH); JOSE VOLTAIRE PEIXOTO (SEAGRI); JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO (SINESP); RICARDO NOVAES RODRIGUES DA SILVA (SINESP); VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB), JORGE ENOCH FURQUIM VERNECK LIMA (EMBRAPA); GEOVANI MULLER (SRDF); ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA); TEREZINHA LIMA (ÚNICA); DELSON DA COSTA MATOS (CBH/MA); LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (ABES); MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES); SÉRGIO KOIDE (UNB); WILLEM WILY DE PAULA BARBOSA (UCB); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (Fórum de ONGs); LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FÓRUM DE ONGS); Os demais Conselheiros (as) não justificaram suas ausências. Participaram como convidados: Érica Yoshida de Freitas (Adasa), Tereza Oliveira (Sema) e Irene Mesquita (Sema). O **Presidente** deu por aberta a 31ª Reunião Extraordinária do CRH-DF e sugeriu inverter a ordem da pauta e iniciou com o item **2 da pauta: Informes: Grupo de Trabalho para elaborar estudo preliminar das Normas Gerais de Outorgas.** A sugestão do **Presidente** foi aceita pelos conselheiros. A coordenadora do GT de Normas Gerais de Outorgas, a senhora **Maria Silva** (Sema) informou que GT retomou suas atividades e que foi agendada uma reunião para o dia de hoje, no turno vespertino, que está realizando um estudo preliminar das normas gerais de outorga, conforme o CRH solicitou, e que o material a ser estruturado será encaminhado para a CTPA. Ressaltou que a intenção é que esses estudos possam ser apresentados na próxima reunião do CRH/DF, no dia 16/05/2018. A seguir o Conselheiro **João Marcos** (Abes) informou que houve uma reunião na Adasa, que teve a participação da Caesb e do Ibram/DF, para tratar do assunto: Lançamento de Esgoto no Lago Paranoá oriundos de caminhões limpa fossa e de outros lançamentos clandestinos nas galerias de águas pluviais e sobre a erosão e assoreamento do Lago Paranoá. Informou as recomendações tomadas na reunião: solicitar que o Conam/DF insira em pauta de discussão a questão dos caminhões limpa fossa e encaminhe o assunto para Câmara Técnica de Licenciamento; sugestão de uma agenda integrada de fiscalização dos caminhões limpa fossa pela Caesb e Novacap; sugestão de criação de um grupo de acompanhamento da qualidade da água do Lago Paranoá formado pela Caesb, Ibram/DF, Adasa, Novacap e UNB, informou que o Ibram/DF se prontificou a coordenar esse grupo e a primeira tarefa do grupo será uma análise imediata da base de dados para mapear problema; sugestão de encaminhamento da questão do assoreamento do Lago Paranoá para a CTPA/CRH. A Conselheira **Vandete** (Ibram/DF) destacou, com relação ao grupo de acompanhamento da qualidade da água do Lago Paranoá ser uma necessidade antiga de integrar a base de dados. Após, a Conselheira **Andrea** (Sema) informou que a Câmara de Licenciamento do Conam já está criada para tratar da questão dos caminhões limpa fossa. A senhora **Marielaide** (Sema) informou que o encaminhamento da última reunião, que discutiu

52 a questão do assoreamento do Lago Paranoá, ao final da reunião, foi dado o seguinte
53 encaminhamento: um grupo se reuniria para elaborar e consolidar as sugestões recebidas na
54 reunião e que Caesb, Ibram/DF e a Adasa se prontificaram a fazer parte do grupo. Questionou
55 se o que foi levantado nessa reunião é resultado da referida reunião ou se isso ainda precisa
56 ser visto. Se a sugestão de criação de um grupo de acompanhamento da qualidade da água do
57 Lago Paranoá, guarda alguma relação com a Resolução 02/2014, de enquadramento dos
58 corpos hídricos. Se existe alguma atividade dentro da Resolução que prevê esse
59 acompanhamento. Isso é um serviço complementar á Resolução ou um serviço paralelo ou
60 não guarda nenhuma relação. Como a sugestão de encaminhar ao Conam/DF a questão dos
61 caminhões limpa fossa será acompanhada em paralelo pelo CRH/DF? Sugeriu que pelo
62 menos um Conselheiro do CRH/DF faça parte da Câmara Técnica de licenciamento do
63 Conam/DF para fazer esse acompanhamento e trazer para o CRH/DF. A seguir o Conselheiro
64 **Delson** (CBH/MA) alertou para a situação atual da região da Fercal. Informou que existem
65 conflitos na região em relação ao uso da água e que a comunidade da região procurou o
66 CBH/MA para denunciar irregularidades e conflitos em relação ao uso da água; informou que
67 no córrego Pindaíba, que abastece as comunidades da Fercal, as comunidades estão
68 denunciando atividades de pesque e pague e irrigação na cabeceira do rio, e que devido ao uso
69 irregular da água algumas comunidades chegaram a ficar sem água para beber; informou que
70 ocorreram duas reuniões com a Caesb para tentar sanar os problemas, onde o CBH/MA
71 apresentou propostas e dúvidas da comunidade sobre a possibilidade da comunidade poder
72 abrir poços artesianos para construir um reservatório para abastecimento de água. Ressaltou
73 que na terceira reunião a Caesb não compareceu para responder as dúvidas da comunidade. A
74 Conselheira **Raquel** (Caesb) esclareceu que a região da Fercal expandiu muito rapidamente e
75 de forma irregular; que existe um processo de substituição de redes de distribuição na região;
76 que as redes atuais foram construídas na maioria dos casos, de forma artesanal, que no próprio
77 licenciamento a Caesb ficou impedida de atender uma parte da região devido à questão da
78 ocupação irregular. A Conselheira **Alba** (Adasa) Informou que essa comunidade foi atuada
79 pelo ICMBIO, por estar captando da área do Rebio e eram captações individuais. O ICMBIO
80 informou que permitiria captações da Caesb para fazer o reservatório e distribuir para a
81 comunidade. Ressaltou que hoje esse assunto ainda não foi resolvido. A Caesb abastece uma
82 parte da comunidade com poços, mas a outra fica nessa situação correndo o risco de serem
83 notificados pelo ICMBIO. Informou que campanhas foram realizadas na região, como a
84 campanha de cadastramento dos usuários e que neste ano será realizada outra ação a qual já
85 está agendada pela outorga para a continuação do cadastramento. Ressaltou que de fato aquela
86 comunidade precisa de mais ações do Governo, por parte da Caesb, da Segeth, do SLU e
87 todos os aportes necessários das instituições de Governo. Informou ter sugerido no Comitê
88 dessa Arie que a Seagri/DF fosse substituída pela Segeth, para que eles possam vivenciar os
89 problemas que a comunidade enfrenta no dia a dia. O **Presidente** sugeriu a convocação de
90 uma reunião de Governo para tratar da questão de abastecimento de água na região da Fercal,
91 com a participação da Administração Regional de Sobradinho, Seagri/DF, Sema/DF, Segeth,
92 Emater, ICMBIO, Adasa e Secretaria de Cidades, por se tratar de um assunto geral de estado.
93 Ressaltou a necessidade que se tenha alguém para coordenar a reunião e que a Administração
94 regional de Sobradinho e a Secretaria de Cidades podem ocupar esse papel, ou até mesmo a
95 Casa Civil. Lembrou que quando se trata de questões do estado é necessário envolver todos os
96 órgãos. O **Presidente** informou que a Sema/DF vai entrar em contato com a Secretária de
97 Cidades para marcar a primeira reunião para tratar desse assunto específico. O Conselheiro
98 **Rafael** (Adasa) informou ser membro do Comitê de Bacia do Paranaíba, informou que houve
99 avanços na discussão em relação à cobrança pelo uso da água e agencia de bacia, que hoje o
100 Comitê já possui a cobrança instituída e a primeira arrecadação começou em março e segue
101 até o final de abril de 2018 e todos os usuários que captam água em calha federal receberão os
102 seus respectivos boletos; lembrou que a CAESB é um dos maiores usuários e pagadores do

103 Comitê; A arrecadação prevista é de aproximadamente R\$ 4.000.000. Parte desse valor (R\$
104 1.400.440) será prioritariamente investido no DF e aplicado no Comitê de Bacias; existem
105 sete projetos para utilização dos recursos juntamente com Seagri, Caesb e Emater. A Agência
106 de Bacia (ABA) já deu início à elaboração do planejamento e o cronograma para implantação
107 dos projetos no Distrito Federal: projetos para compra de hidrômetros, perfuração de poços,
108 reflorestamento, reaproveitamento de água de chuva em escolas, construção de viveiros.
109 Projetos abrangentes e todos focados na diminuição dos impactos da crise hídrica, sendo
110 grande parte na bacia do Descoberto. Essa cobrança foi aprovada até ano de 2022, com uma
111 progressividade no valor. O preço unitário por metro cúbico é aproximadamente: 2018 (R\$
112 0.15), 2019 (R\$ 0.20). Neste ano o saneamento pagará aproximadamente em torno de R\$
113 5.000.000. São quatro os estados que fazem parte da bacia do Paranaíba: DF (Caesb), Goiás,
114 Mato Grosso e Minas Gerais. Com a progressividade em 2022 vai pagar algo em torno de R\$
115 8.000.000. Destacou não existir cobrança no comitê de bacia do São Francisco, portanto,
116 nenhuma verba foi arrecadada para ser investida na bacia do Preto. Ressaltou a necessidade
117 do DF fazer parte no comitê. Lembrou que o CRH aprovou uma Câmara Técnica de Sistemas
118 de Informação de Recursos Hídricos, cuja coordenação ficou a cargo da Adasa e a servidora
119 Camila como presidente dessa Câmara Técnica. No entanto, a servidora Camila está fazendo
120 doutorado e se encontra afastada da ADASA e não tem condições de coordenar essa Câmara
121 Técnica. Após, passou a informar os níveis dos reservatórios do Descoberto (89.39) e Santa
122 Maria (54.95) para o dia de hoje. Informou que se encontra em andamento estudos e
123 simulações da curva de nível, que estão sendo realizadas em parceria com a Caesb e a ANA,
124 com objetivo de prever o rebaixamento do reservatório no período de estiagem e tentar prever
125 as dificuldades que serão enfrentadas e se os reservatórios vão suportar ou não. A seguir a
126 Conselheira **Regina** (Fórum de Ongs) enfatizou que a reunião do Conam/DF, realizada na
127 data de ontem, na sede da Adasa, foi uma reunião mobilizadora e que gerou uma série de
128 discussões e reflexões e que o Conam/DF foi favorável ao prosseguimento com os tramites
129 necessários para o Licenciamento do bairro Arniqueiras, Bernardo Sayão e do trecho 3 do
130 bairro Park Way. Ressaltou que essa região se encontra na Bacia do Riacho Fundo, com
131 vários impactos detectados. Diante disso sugeriu dois encaminhamentos: a) que o ICMBIO
132 seja convidado a apresentar para os Conselheiros um diagnóstico da situação atual da região
133 de Arniqueiras, que segundo o senhor Mauricio Laxe (ICMBIO) informou foi realizado um
134 diagnóstico do processo de licenciamento, que teve início no ano de 2000. Esse diagnóstico
135 vai gerar prognósticos. É de suma importância para o CRH/DF ter acesso à essas informações
136 para que os Conselheiros tenham elementos para colaborar nos eventuais prognósticos.
137 Informou que o Ibram/DF foi convidado pelo Conam/DF a apresentar dados sobre a atual
138 situação da Arie Granja do Ipê, nessa região existem os dois únicos rios com qualidade
139 hídrica no DF. Alertou que a área sofre processo de parcelamento irregular do solo. Destacou
140 que na região existe uma cidadania organizada, um conselho gestor da Arie, com estudos da
141 relevância da área, que é uma área de recarga hídrica. Existem pareceres da Caesb informando
142 que a referida região é a única de qualidade hídrica, no braço sul do Lago Paranoá que vai
143 abastecer nossos lares. Alertou que a Arie Granja do Ipê poderá num curto espaço de tempo,
144 se tornar uma Vicente Pires II; b) que o CRH/DF, a exemplo do Conam/DF, convide o
145 Ibram/DF para fazer a mesma apresentação para os Conselheiros para que possam se
146 apropriar da realidade do DF naquela Arie. A seguir o **Presidente** prosseguiu com o **item 1.1**
147 **da pauta:** Apresentação e deliberação sobre o Relatório de Autoavaliação do
148 PROGESTÃO/ADASA pela CTPA. A senhora **Érica Yoshida** (Adasa), membro da CTPA,
149 apresentou o relatório de Autoavaliação de 2018, informou que das trinta e duas variáveis,
150 quatorze são obrigatórias, que se não forem cumpridas, gera penalizações. Apresentou as
151 variáveis com sugestão de alteração: 1- Variável 1.4 (Arcabouço Legal) – ADASA; 2-
152 Variável 1.10 (Articulação com set. usuários e transversais) – SEMA; 3- Variável 2.1
153 (Balanço hídrico) – SEMA e ADASA; 4- Variável 2.7 (Estudos especiais de gestão) – SEMA

154 e ADASA; 5- Variável 2.8 (Mod. e sist. de suporte à decisão) – SEMA e ADASA; 6-
155 Variável 3.1 (Base cartográfica) – ADASA; 7- Variável 3.5 (Sistema de informação) –
156 SEMA; 8- Variável 4.6 (Gestão de eventos críticos) – ADASA. Em relação a **Variável 1.4**
157 (Arcabouço Legal), citou as resoluções relevantes publicadas pelo CRH/DF: Resolução nº
158 02/2014 (Enquadramento dos corpos de água superficiais do Distrito Federal em classes,
159 segundo os usos preponderantes); Resolução nº 01/2015 (Dispõe sobre a constituição de
160 Câmara Técnica do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal); Resolução nº 2/2015
161 (Aprova adoção de base hidrográfica oficial a ser utilizada por todos os órgãos integrantes da
162 Administração Direta e Indireta do Distrito Federal); Resolução nº 02/2016 (Aprova o Quadro
163 de Metas do PROGESTÃO, no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos
164 do DF); Resolução nº 03/2016 (Aprova a proposta de alocação de recursos do ROGESTÃO);
165 Resolução nº 01/2017 (Aprova a Autoavaliação das Metas do Distrito Federal para o
166 PROGESTÃO); Resolução nº 02/2017 (Aprova a criação do Grupo de Trabalho para realizar
167 estudo preliminar das Normas Gerais de Outorgas e consolidar proposta para apresentar a
168 CTPA). Resolução do CNRH nº 65/2006 (Estabelece diretrizes de articulação dos
169 procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os
170 procedimentos de licenciamento ambiental). Citou a Lei Complementar nº 929/2017
171 (Dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga
172 artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no DF). As
173 resoluções relevantes publicadas pela Adasa: Resolução nº 420/2006 (Procedimentos gerais
174 para a obturação e lacração dos poços escavados e poços tubulares); Resolução nº 350/2006
175 (Procedimentos gerais para requerimento e obtenção de outorga do direito de uso dos recursos
176 hídricos); Resolução nº 163/2006 (Procedimentos gerais para a fiscalização, apuração de
177 infrações e aplicação de penalidades pelo uso irregular dos recursos hídricos); Instrução
178 Normativa nº 02/2006 (Valores de referência para outorga de uso de recursos hídricos);
179 Resolução nº 01/2010 (Diretrizes e critérios para requerimento e obtenção de outorga do
180 direito de uso dos recursos hídricos por meio de canais; Resolução nº 04/2010 (Instituir o
181 Cadastro Eletrônico dos usuários de recursos hídricos); Resolução nº 01/2011 (Define as
182 disponibilidades hídricas dos aquíferos subterrâneos no território do Distrito Federal);
183 Resolução nº 10/2011 (Procedimentos gerais para requerimento e obtenção de registro e
184 outorga para implantação e regularização de barragens); Resolução nº 13/2011 (Critérios
185 técnicos para emissão de outorga para fins de lançamento de efluentes); Resolução nº 13/2014
186 (Diretrizes e os critérios para requerimento e obtenção de outorga do direito de uso dos
187 recursos hídricos por meio de caminhão-pipa); Resolução nº 06/2016 (Regime diferenciado
188 para a concessão de outorga prévia e outorga de direito de uso dos recursos hídricos em áreas
189 urbanas ou rurais classificadas como áreas de parcelamento irregular do solo no Distrito
190 Federal); Resolução nº 013/2016 (Volumes de referência e ações de contenção em situações
191 críticas de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria, visando
192 assegurar os usos prioritários dos recursos hídricos); Resolução nº 17/2016 (Estabelece a
193 Tarifa de Contingência para os serviços públicos de abastecimento de água do Distrito
194 Federal, prestados pela CAESB); Resolução nº 20/2016 (Declara o estado de restrição de uso
195 dos recursos hídricos, estabelece o regime de racionamento do serviço de abastecimento de
196 água nas localidades atendidas pelos reservatórios do Descoberto e Santa Maria); Resolução
197 nº 23/2016 (Níveis altimétricos da água a serem mantidos no Lago Paranoá, no ano de 2017);
198 Resolução nº 04/2017 (Diretrizes gerais para o processo de Alocação Negociada de Água);
199 Resolução nº 09/2017 (Curva de acompanhamento do volume útil do reservatório do
200 Descoberto para o ano de 2017); Após abordou os temas prioritários para complementação do
201 arcabouço legal: 1) Implantação do Fundo de Recursos Hídricos do DF (CRH/DF); 2)
202 Procedimentos de emissão de outorga de forma a assegurar coerência nos processos de
203 licenciamento ambiental (CRH e CONAM); 3) Estabelecimentos de indicadores de qualidade
204 da água para efetivação do enquadramento das águas superficiais (CRH); 4) Proteção e

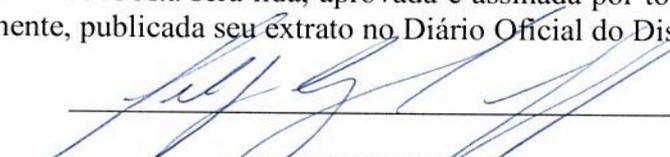
205 recuperação de áreas de mananciais (CRH). Encontra-se em fase licitatória a contratação de
206 empresa para elaboração do PRH- Paranoá (Edital de licitação nº 02/2017). Em relação à
207 **Variável 1.10** (Articulação com setores usuários e transversais), que teve a nota aumentada
208 em relação a nota previamente estipulada, esclareceu que a Superintendência de Recursos
209 Hídricos da ADASA tem realizado articulação com vários setores de usuários e órgãos
210 colegiados de recursos hídricos. A Coordenação de Fiscalização de Recursos Hídricos
211 (COFH/ADASA) tem desenvolvido trabalhos com associações de usuários de recursos
212 hídricos visando regularização de uso e melhoria dos sistemas de captação e condução de
213 água, a saber: Associação de Usuários do Canal de Abastecimento do Núcleo Rural Santos
214 Dumont, o Projeto Básico de tubulação do canal de água usado pela associação para abastecer
215 usuários de recursos hídricos no Núcleo Rural Santos Dumont foi custeado pelo ADASA;
216 Condomínio do Sistema de Irrigação do Rodeador, o projeto básico para tubulação do canal
217 que abastece cerca de 90 famílias na região do ribeirão Rodeador (bacia do Descoberto)
218 também foi custeado pela ADASA; Condomínio do Sistema de Irrigação Jatobazinho/Capão
219 Comprido, cujo objetivo é regularização do uso e alocação de recursos hídricos; Associação
220 dos Produtores Rurais do Córrego Cristal para regularização do uso de recursos hídricos e
221 alocação de água. Além dessas associações de usuários, a ADASA tem desenvolvido
222 trabalhos com outras associações, como por exemplo, a Associação Mista de Produtores
223 Familiares no sentido de regularização de canais de água na região do Ribeirão Extrema,
224 bacia do Rio Preto. Além dessas ações, a COFH – Coordenação de Fiscalização de Recursos
225 Hídricos criou comissões de acompanhamento de recursos hídricos, em conjunto com órgãos
226 governamentais do Distrito Federal, associações de usuários e usuários de recursos hídricos na
227 bacia do Descoberto: Comissão de Acompanhamento do Rio Descoberto; Comissão de
228 Acompanhamento do Ribeirão Extrema e a Comissão de Acompanhamento do Ribeirão
229 Pípiripau. Registrou o esforço no âmbito da elaboração do Zoneamento Ecológico-
230 Econômico-ZEE/DF para articulação e integração das políticas públicas que afetam o
231 território (ambiental, infraestrutura hídrica, planejamento urbano, habitação), considerando a
232 água como fator prioritário. Diferentes setores do IBRAM, além dos setores de alta direção do
233 órgão, possuem em sua rotina de trabalho a articulação direta com setores usuários e
234 transversais, entre eles citou: Licenciamento Ambiental; Cadastro Ambiental Rural, Educação
235 Ambiental, Recursos Hídricos, Monitoramento da Qualidade Ambiental, além de visitas e
236 ações nos Parques e Unidades de Conservação, entre outros. **Variável 2.1** (Balanço Hídrico),
237 é uma variável obrigatória e não alcançou a nota previamente estipulada, apresentou a
238 justificativa: A ADASA realiza balanço hídrico (demanda versus disponibilidade) para
239 recursos hídricos subterrâneos e superficiais. Os critérios gerais e as vazões de referência para
240 outorgas de captação superficial foram definidas no PGIRH (aprovado pela Resolução
241 CRH/DF nº 1/2012). Em 2007 foi elaborado o estudo "Gestão de RH Subterrâneos no DF:
242 diretrizes, legislação, critérios técnicos, sistema de informação geográfica e
243 operacionalização" que deu origem à Resolução nº 01/2011, que definiu as disponibilidades
244 hídricas dos aquíferos subterrâneos no território do DF, consideradas para a emissão das
245 outorgas. Durante a análise dos processos de outorga os dados de quantidade e qualidade são
246 cadastrados no banco de dados e a curva de disponibilidade hídrica é atualizada. Passou por
247 audiência pública minuta de resolução que considera o uso e a ocupação do solo no DF, para
248 o cálculo da disponibilidade hídrica subterrânea, que substituirá a Resolução nº 01/2011. As
249 vazões de referência versus a demanda outorgada geram os balanços hídricos para cada
250 unidade de gestão (UH) e sistema e subsistema subterrâneos. Encontra-se em fase de
251 desenvolvimento no SIRH – Sistema de Informação de Recursos Hídricos, com previsão de
252 término até julho, uma ferramenta que permitirá o acompanhamento da curva de
253 disponibilidade hídrica em tempo real, com sistema de alerta, caso ocorra comprometimento
254 da disponibilidade hídrica na UH. Há um conhecimento dos usos que vem crescendo ano a
255 ano, a quantidade crescente de processos de outorga é o reflexo do crescimento da

256 regularização dos múltiplos usos. Hoje a ADASA possui cerca de 9.000 processos de outorga
257 (captações superficiais, subterrâneas, barragens, lançamento de efluentes e de drenagem e
258 captações por meio de caminhão pipa). A ADASA monitora as sete bacias hidrográficas do
259 DF. A rede fluviométrica e pluviométrica da ADASA é constituída por 57 estações, 16
260 telemétricas, 28 automáticas e 13 manuais. Informou que para o ano de 2018, foram
261 adquiridas 33 estações telemétricas que substituirão as estações automáticas e parte das
262 estações manuais para acompanhar, em tempo real, o comportamento dos recursos hídricos do
263 Distrito Federal, visando promover a sua gestão sustentável. Essa modernização permitirá
264 uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos e fortalecerá os instrumentos de gestão das
265 demandas e disponibilidades hídricas do Distrito Federal. A análise dos dados da rede de
266 monitoramento superficial permite a compreensão da disponibilidade hídrica em cada unidade
267 hidrográfica. Esta análise é feita em função da comparação das menores vazões observadas
268 em cada mês frente às vazões de referência estabelecidas no Plano de Gerenciamento
269 Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal – PGIRH (20% Qmm), para cada unidade
270 hidrográfica, agrupadas por trimestres; conforme exposto no capítulo de Disponibilidade
271 Hídrica do ZEE. Além disso, a ADASA implementou o Sistema de Informações sobre
272 Recursos Hídricos do Distrito Federal – SIRH, que permitiu o acompanhamento em tempo
273 real da situação dos reservatórios do Distrito Federal, garantindo assim, a transparência na
274 gestão do balanço hídrico dos reservatórios. A Rede de Monitoramento das Águas
275 Subterrâneas da Adasa foi estruturada para abranger a maior parte dos sistemas e subsistemas
276 que compõe a hidrogeologia do Distrito Federal, sendo composta por 42 estações. Cada
277 estação contém um par de poços (84 poços): um no domínio poroso, com profundidade
278 aproximada de 30 m, e outro no domínio fraturado, com profundidade aproximada de 150 m.
279 Em relação à disponibilidade hídrica, o nível estático dos poços é medido periodicamente,
280 desde 2013. A rede de monitoramento de qualidade da água, atualmente, é composta por 59
281 pontos em ambientes lóticos, 18 em ambientes lênticos (reservatórios do Descoberto, Santa
282 Maria e Paranoá), 11 à montante e 11 à jusante das Estações de Tratamento de Esgoto da
283 Caesb e 84 pontos nos poços de monitoramento da rede. O monitoramento da qualidade da
284 água dos reservatórios e mananciais busca a identificação de mudanças nos parâmetros
285 bióticos e abióticos de maneira a subsidiar as ações tanto no tempo presente (gestão) quanto
286 para viabilizar o uso futuro dos recursos existentes (planejamento). Assim, a rede de
287 monitoramento da ADASA vem sendo estruturada e modernizada para garantir os usos
288 múltiplos previstos na legislação que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos, e
289 contribuir sobremaneira para o cumprimento da função socioambiental da água. A CAESB
290 está realizando o balanço hídrico do lago Paranoá. O IBRAM dispõe de algumas informações
291 quanto esse quesito, oriundos de licenciamento ambiental, Câmaras Técnicas, Grupos de
292 Trabalho, campanhas de monitoramento de vazão (qualiquantitativo) na Estação Ecológica
293 Águas Emendadas – ESECAE, dados pontuais de monitoramento de áreas de nascentes e
294 olhos d'água, entre outros. Ha necessidade de consolidação do sistema de monitoramento no
295 âmbito do CRH. **Variável 2.7** (Estudos especiais de gestão), não é uma variável obrigatória e
296 teve a nota aumentada em relação á nota previamente estipulada. Apresentou as justificativas:
297 Na ADASA foram desenvolvidos os seguintes estudos: Gestão de RH Subterrâneos no DF
298 (2007); Desenvolvimento de Recarga Artificial de Aquíferos (2015); Gestão das reservas das
299 águas subterrâneas (2016); cobrança pelo uso de recursos hídricos (2017); balanço hídrico da
300 BH do rio Descoberto (2017); estudo/projeto para revitalização do canal Santos Dumont
301 (2017) e canal Rodeador (2018); avaliação da viabilidade e indicação de áreas para
302 complementar o abastecimento público no DF num contexto de gestão integrada dos recursos
303 hídricos superficiais e subterrâneos (em andamento); acompanhamento das vazões dos rios da
304 UH do Pipiripau para compartilhamento da água entre a CAESB e os irrigantes (anualmente);
305 acompanhamento das vazões dos rios das UHs do Extrema e Jardim para compartilhamento
306 da água entre irrigantes (anualmente); acompanhamento das cotas dos reservatórios de

307 abastecimento (Descoberto, Santa Maria e Paranoá) para compartilhamento entre o
308 abastecimento urbano e demais usos (semanalmente); batimetria, análise de sedimentos e
309 balanço hídrico do lago Paranoá (em andamento). Em 2016 realizada pesquisa sobre
310 viabilidade técnica, econômica e socioambiental do sistema de águas de reuso e do
311 aproveitamento de água de chuva em edificações residenciais, que coletou dados em oito (8)
312 RA's. Foram analisadas as possíveis destinações da água de chuva e da água cinza e os
313 processos de tratamento necessários para obtenção dos parâmetros de qualidade exigidos. Em
314 andamento a segunda fase, em edificações não residenciais. No IBRAM, podem-se citar
315 alguns estudos que visam a integrar diferentes políticas, bem como abordar temas de interesse
316 da gestão. Entre eles, podemos citar estudos solicitados via licenciamento ambiental e Planos
317 de Manejos das Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM; Projeto Como Pode um
318 Peixe Vivo (diagnóstico da bacia do Riacho Fundo com base nos documentos existentes no
319 IBRAM e em demais órgãos; proposta de plano de educação ambiental integrado; diagnóstico
320 do licenciamento ambiental, da fiscalização, de áreas degradadas e passíveis de recuperação;
321 entre outros). Há necessidade ainda de elaboração de indicadores e normas de capacidade de
322 suporte ambiental para a gestão do licenciamento e da outorga dos recursos hídricos. **Variável**
323 **2.8** (Modelos e sistemas de suporte à decisão) não é uma variável obrigatória e teve a nota
324 aumentada, em relação à nota previamente estipulada. Apresentou as justificativas: Não
325 existem sistemas ou modelos de suporte à decisão operacional em âmbito distrital. Em 2017 a
326 ADASA lançou o Sistema de Informação de Recursos Hídricos (SIRH), com a participação
327 de vários órgãos. O SIRH utiliza-se de uma plataforma de *Business Intelligence* (Microsoft
328 Power BI), por meio do qual é possível realizar análises comparativas, de situação e históricas
329 com o uso de grandes volumes de dados (e.g. base de dados contendo 30 anos de dados sobre
330 níveis de reservatórios do DF). Outra possibilidade do SIRH é a verificação da
331 disponibilidade hídrica das UHs do DF. Está sendo desenvolvido no momento, com previsão
332 de término até julho, uma ferramenta que permitirá o acompanhamento da curva de
333 disponibilidade hídrica em tempo real, com sistema de alerta, caso ocorra comprometimento
334 da disponibilidade hídrica na UH. Desta forma o SIRH apoia a tomada de decisão nos
335 processos de concessão de outorgas, que teve todos seus dados georreferenciados, bem como
336 no monitoramento *on line* dos níveis de reservatórios, qualidade de água e índice de chuva em
337 determinadas localidades e podem colaborar com a emissão de alertas de inundação em
338 conjunto com a Defesa Civil. Também estão georreferenciados os dados da fiscalização e da
339 rede de monitoramento. Na área de suporte à decisão ao Planejamento Estratégico está sendo
340 desenvolvida uma ferramenta que permitirá o acompanhamento e monitoramento mais eficaz
341 dos seus indicadores e metas. Existe o Plano de Gestão Interna - PGI, atualizado anualmente,
342 que serve de base para a elaboração e monitoramento dos Instrumentos Orçamentários - Plano
343 Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária anual - LOA.
344 No IBRAM, tem-se utilizados o Cadastro Ambiental Rural como ferramenta de suporte,
345 georreferenciamento - nascentes cadastradas, entre outros. Além disso, tem-se trabalhado para
346 implementação de sistemas voltados: ao licenciamento ambiental; ao monitoramento de áreas
347 queimadas, de supressão vegetal e uso e ocupação do solo (nas Unidades de Conservação sob
348 gestão do IBRAM). A SEMA deverá implementar em 2018 o Sistema de Informações
349 Ambientais - SISDIA (Infraestrutura de Dados Espaciais temática Ambiental do DF), com
350 objetivo de ser um conjunto de tecnologias integradas, políticas, mecanismos e procedimentos
351 de coordenação e monitoramento, atendendo a padrões e acordos necessários para facilitar e
352 ordenar a geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados
353 geoespaciais. Com o SISDIA, a disponibilização dos dados, metadados e informações
354 geoespaciais através da internet, os chamados Geo Serviços, é planejada para apoiar a tomada
355 de decisão, seja no âmbito do governo ou sociedade Civil, abrangendo a infraestrutura
356 ecológica, considerando, dentre outros, a capacidade de suporte e riscos associados ao uso do
357 solo e das águas no DF. **Variável 3.1** (Base Cartográfica), é uma variável obrigatória e não

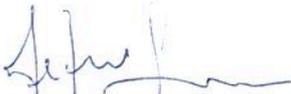
358 alcançou a nota estipulada. Apresentou as justificativas: O CRH/DF aprovou em 2015 a base
359 hidrográfica a ser utilizada pelos órgãos do GDF. Ela estabelece, como base hidrográfica do
360 DF, os arquivos digitais vetoriais relativos à rede de drenagem e massas d'água oriundos do
361 diretório de base de dados temáticos hidrográficos do Sistema de Informações Territoriais e
362 Urbanas do Distrito Federal - SITURB, com atualização da toponímia dos corpos d'água. A
363 base cartográfica foi aprovada pelo CRHDF na escala 1: 10.000, porém, há necessidade de
364 adequações para cumprimento das especificações técnicas. Na ADASA existem técnicos
365 responsáveis pelo processamento dos dados georreferenciados. Em 2017 contratou consultoria
366 especializada em Geoprocessamento, que gerou um diagnóstico da situação institucional,
367 levantando as necessidades setoriais e propondo um modelo para a geração e organização dos
368 dados espaciais. Também foi proposto um fluxograma de informações entre as várias
369 entidades pertencentes ao Sistema de Informações de Recursos Hídricos do DF. A rede de
370 drenagem pluvial urbana do DF foi digitalizada e está em fase final de georreferenciamento.
371 No IBRAM existe a Gerência de Recursos Hídricos, faz análises do contexto geográfico para
372 gestão de recursos hídricos e também alguns setores possuem analistas capacitados de
373 executar esta ação. O IBRAM possui uma Gerência de Informações Ambientais que concentra
374 as informações gerorreferenciadas produzidas pelo Instituto e demais dados disponibilizados
375 pelas outras entidades públicas. Constituem prioridades as seguintes ações: 1) validação
376 topológica da base de dados com o objetivo de permitir, por exemplo, o uso de modelos
377 hidrológicos; 2) atualização da base de dados relacionada às unidades hidrológicas, de modo
378 que esta se compatibilize com a base hidrográfica. **Variável 3.5** (Sistemas de Informações),
379 não é uma variável obrigatória e que teve a nota aumentada, em relação a nota previamente
380 estipulada. Apresentou as justificativas: O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos
381 (SIRH) do Distrito Federal é um banco de dados unificado, com registros de informações
382 sobre monitoramento de recursos hídricos, volume dos reservatórios, medição de chuva e
383 qualidade da água; de outorgas de captação de águas superficiais e subterrâneas, e de
384 disponibilidade hídrica. O aludido sistema faz uso de ferramentas de Geoinformação, de
385 Análise de Grandes Volumes de Dados e de imagens de monitoramento aéreo, o que
386 possibilita análises de situação, histórica, comparativa e o geoprocessamento de informações.
387 Além de integrar as atividades desenvolvidas pelas superintendências da ADASA, o SIRH
388 permite consultas online de pesquisadores, agentes públicos e público em geral. A ADASA
389 adquiriu o software GIS que permitira o monitoramento geográfico dos procedimentos de
390 outorga. Na área de fiscalização esse sistema integrará informações GIS de pontos e
391 localidades fiscalizadas, registros aerofotogramétricos feitos através de Drones e APP para
392 registro de informações coletadas em campo. O IBRAM investiu nos últimos anos na
393 estruturação de seu Banco de dados, denominado de Carcará. Além disso, tem estabelecido
394 ligação com o Geoportal – SEGETH, aprimorado o cadastro de nascentes e buscado qualificar
395 os dados e informações gerados pelo órgão. Carece, ainda, de articulação com os bancos de
396 dados dos outros órgãos para que possam atuar em conjunto. **Variável 4.6** (Gestão e Controle
397 de Eventos Críticos), é uma variável obrigatória e não alcançou a nota previamente estipulada,
398 apresentou a justificativa: Publicação de resoluções sobre curvas de referência para
399 acompanhamento do volume útil dos reservatórios. Grupo de Acompanhamento da Crise
400 Hídrica, criado pela Resolução ADASA nº 13/2016. Para o monitoramento dos eventos
401 críticos, no ano de 2017, a ADASA adquiriu mais 33 estações telemétricas, além das 16 que já
402 possuía. Essa modernização da rede permite uma gestão mais robusta para o mapeamento e
403 controle de eventos críticos. Quanto aos eventos de inundação, o Distrito Federal atualmente
404 possui 1 ponto crítico identificado, localizado na unidade hidrográfica do Riacho Fundo, onde
405 já está instalada uma estação telemétrica próxima ao ponto de controle. A estrutura do banco
406 de dados da ADASA já está operando e permite a emissão de alertas em tempo real, a partir
407 dos dados obtidos pela telemétrica citada. Contudo, ainda estão sendo feitas análises para
408 correlação entre a ocorrência da cota de alerta de inundação no ponto de controle com o ponto

409 de alague. A ADASA já realizou reuniões com a Defesa Civil a fim de instituir os
410 procedimentos para a gestão e controle dos eventos críticos relacionados à inundação. Existe
411 o monitoramento dos eventos críticos relacionados à estiagem e ações de mitigação, como o
412 Manual Operativo da Sala de Situação e a realização de ações de alocação de uso dos recursos
413 hídricos para o atendimento das vazões de referência estabelecidas pelo PGIRH/2012 (Plano
414 Estadual de Recursos Hídricos). Quanto à participação do IBRAM neste item, pode-se citar:
415 Participação no Grupo de Trabalho – cotas do lago com o objetivo de planejar e acompanhar
416 as variações dos níveis altimétricos da água do Lago Paranoá e propor diretrizes e ações
417 conjuntas para a integração e otimização dos procedimentos; Participação nas ações
418 desenvolvidas para a criação da Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção,
419 Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos
420 (CD-P2R2), com vistas à implementação do Plano, sendo o IBRAM atualmente um dos
421 responsáveis pela Coordenação da Comissão; Criação de Grupos de Trabalhos voltados a
422 temas específicos que se relacionam com recursos hídricos, tais como contaminação de áreas
423 de postos de combustíveis. A Senhora Tereza Cristina sugeriu a retomada das atividades do
424 GT de monitoramento da qualidade e quantidade de águas pluviais, conforme Resolução nº
425 02/2014. Finalizada a apresentação a **Presidente** em exercício, a Conselheira **Andrea** (Sema)
426 colocou em votação a aprovação do Relatório de Autoavaliação do PROGESTÃO/ADASA da
427 CTPA. O relatório foi aprovado por unanimidade. Afirmou que a Sema/DF irá coordenar uma
428 reunião para tratar da denuncia do Conselheiro do CBH/MA, referente aos conflitos de
429 abastecimento na região da Fercal. Quanto à participação no Comitê do São Francisco será
430 analisada essa situação. Referente a CT Câmara Técnica de Sistemas de Informação de
431 Recursos Hídricos ficou decidido que na próxima reunião do conselho a Adasa apresentaria o
432 cumprimento do que foi determinado pelo CRH com relação a Câmara Técnica. Após
433 Informou que na próxima reunião a Adasa, vai promover uma apresentação sobre as
434 simulações da curva e um informe estruturado da cobrança do Paranaíba. E que o Ibram/DF e
435 o ICMBIO serão convidados para apresentar no CRH/DF, o estudo que gerou o cenário das
436 condicionantes da região que engloba, Arniquireiras, Bernardo Sayão e Park Way, enfocando
437 não apenas a questão hídrica, como também nas implicações do ecossistema humano sobre as
438 intervenções promovidas pelo Governo. O Conselheiro Montenegro (Abes) ressaltou que
439 existem também condicionantes inseridas pelo Ibram, portanto, não é razoável que se examine
440 apenas o relatório do ICMBIO e que deve convidar as duas instituições. Sugeriu uma reunião
441 extraordinária, dada à extensão do assunto. O Conselheiro **Montenegro** (Abes) Informou que
442 como esse assunto vai demandar tempo, sugeriu uma reunião extraordinária no CRH/DF, para
443 tratar especificamente desse assunto. Conselheira **Raquel** (Caesb) alertou que existe outra
444 área crítica que é a questão do parcelamento de Serrinha do Paranoá na área de chácaras e se
445 prontificou a trazer para o conselho uma apresentação da situação da área. Não havendo mais
446 considerações, a **Presidente Andrea** (Sema), agradeceu a todos pelas contribuições e
447 encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os Conselheiros presentes
448 e, posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.


FELIPE FERREIRA
SEMA

VANDETE INÊS MALDANER
IBRAM

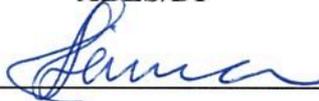
ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA


JORGE ENOCH FURQUIM V. LIMA
EMBRAPA

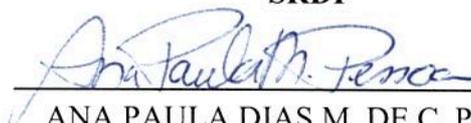

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB

LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU
ABES/DF

GEOVANI MULLER
SRDF

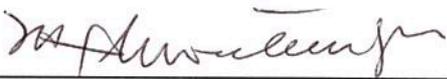


TERÉZIINHA LIMA
ÚNICA



ANA PAULA DIAS M. DE C. PESSOA
FIBRA

DELSON DA COSTA MATOS
CBH/MA



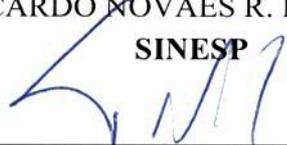
MARCOS HELANO F. MONTENEGRO
ABES/DF

ANDREA VULCANIS
SEMA/DF

JOSÉ VOLTAIRE PEIXOTO
SEAGRI

RICARDO NOVAES R. DA SILVA
SINESP

JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO
SINESP



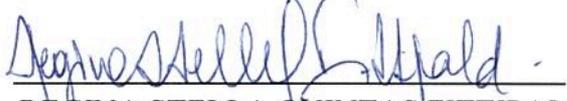
RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA



SÉRGIO KOIDE
UNB

WILLEM WILY DE PAULA BARBOSA
UCB

LUIZ ERNESTO B. DE MOURÃO SÁ
FÓRUM DE ONGS



REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI
FÓRUM DE ONGS

EDNA AIRES
SEGETH